



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
PROJETO DE CONCESSÃO – JARDIM BOTÂNICO DE PORTO ALEGRE

Aos 03 (três) dias do mês de fevereiro de 2022, às 9 (nove) horas, em ambiente híbrido (*sendo presencial no Auditório do Centro Administrativo Fernando Ferrari CAFF, Av. Borges de Medeiros, 1501, térreo, em Porto Alegre/RS, e virtual por meio de link aos participantes credenciados, na forma do Regulamento disponibilizado em <https://parcerias.rs.gov.br/parques-ambientais>, com transmissão pública*), foi realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA destinada à apresentação e exposição técnica do Projeto de Concessão do JARDIM BOTÂNICO DE PORTO ALEGRE, cujo objeto é a concessão de uso de áreas, atrativos e instalações, precedida da realização de investimentos, destinada à requalificação, modernização, operação e manutenção do referido Parque. A Audiência Pública foi objeto do aviso de audiência pública publicado no Diário Oficial do Estado em 18 de janeiro de 2022, e no sítio eletrônico <https://parcerias.rs.gov.br/parques-ambientais>, no qual foi igualmente publicado o Regulamento da Audiência Pública. Aberta a Audiência Pública, o mestre de cerimônias, Sr. Vitor Amuri Antunes, deu boas-vindas aos participantes e apresentou os componentes da mesa. O Secretário-Adjunto Marcelo Spilki, presidente da mesa, fez introdução esclarecendo os objetivos da Audiência e ressaltando a relevância do processo de interação com a sociedade pré-lançamento do Edital. Esclarecidas as regras e dinâmicas da Audiência Pública, foi passada a palavra ao Superintendente Pedro Bruno (BNDES), que proferiu a apresentação em anexo a este Relatório. Aberta a rodada de contribuições orais, foram ouvidas as sugestões formuladas pelos presentes, cujas devolutivas serão devidamente publicadas no sítio eletrônico <https://parcerias.rs.gov.br/parques-ambientais>. Em síntese, a Deputada Sofia Cavedon questionou como se dará a avaliação dos usuários na remuneração da concessionária, se haverá repasses do Estado à Concessionária, a responsabilidade dele em razão das isenções, como se daria a cobrança de comunidades mais pobres, aspectos relativos aos técnicos da FZB, entre outras colocações. A Sra. Simone Azambuja (AGAPLAN), por sua vez, pontuou a questão da responsabilidade do Estado em razão do compromisso pelo patrimônio genético, questionou se seria mantido o banco de sementes, reservas genéticas de floras etc. e ressaltou o aspecto da visitação por escolas públicas e pessoas carentes. O Sr. João Pedro Mello (Biólogo, ex-bolsista da FZB), destacou que a escolha da concessão do Jardim Botânico



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

foi ideológica, também questionou o acesso às comunidades carentes e à visitação pelas escolas públicas, frisou que a principal finalidade do JB é a conservação do meio ambiente e não o turismo e que a obrigação de manutenção da Categoria A não teria ficado clara no edital. O Sr. Pedro Diehl (Advogado representante da AVESOL), nessa toada, sublinhou que não há garantia da manutenção da pesquisa, da riqueza e do patrimônio, bem como destacou que não houve participação dos técnicos do JB, que não se sabe se será mantido o plano diretor e que não há clareza quanto ao cumprimento da Resolução 339 do Conama. Foi mencionado por ele, ainda, o processo de desligamento dos funcionários da extinta FZB e questionado como será mantida a lista de espécies em extinção, se será privilegiado o transporte alternativo e como será a gratuidade e a educação ambiental. O Sr. Pedro Mércio, por conseguinte, levantou o tema da pauta pedagógica especial para crianças. O Sr. Paulo Brack (professor do Departamento de Botânica da UFRGS), na sequência, lamentou a ausência do chat no youtube, questionou se houve participação do corpo técnico do FZB, postulou acesso ao documento técnico, sustentou a nulidade do processo e disse que não há clareza quanto à manutenção das atividades pelo Estado e Concessionária, conjuntamente. A Sra. Hilda Gastal externalizou sua preocupação com a manutenção das atividades do Museu. O Sr. Rosalino Mello (Advogado, assessor da Dep. Sofia Cavedon) reclamou da qualidade técnica da audiência pública, questionou a questão do acesso pelas comunidades carentes e se há vedação de participação das empresas que estruturaram o projeto. O Sr. Jan Karel (Associação dos funcionários da FZB) ressaltou, entre outros aspectos, que o projeto não contou com a participação dos servidores do MCN e JB e que indicadores não permitem a avaliação dos impactos na capacidade de carga e pontuou, ainda, sobre a questão da conservação da área científica do Museu. O Sr. Marco Aurélio Azevedo (técnico, analista, biólogo do MCN, representante dos servidores da FZB) ressaltou que a Associação dos Funcionários não corrobora a informação de que o corpo técnico do MCN tenha contribuído com o processo de construção do projeto, externalizou preocupação de alterações da área da concessão em desacordo com os objetivos precípuos do JB e, por fim, pontuou haver margem para a perda do controle público sobre a gestão do JB. A Sra. Juliana, por sua vez, indagou como serão mantidas as atividades de pesquisa e, ao final, a Sra. Maria Aparecida Couto pediu que fossem dados detalhes sobre a razão da concessão do JB, tendo em vista a qualidade do serviço que sempre foi oferecido e, ainda, ressaltou sua preocupação com a manutenção do acesso ao JB.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Os trabalhos foram encerrados, reforçando-se aos presentes que todas as contribuições enviadas em Consulta Pública serão oportunamente respondidas, por escrito.